

Racismo obstétrico vivenciado por mulheres negras: uma revisão integrativa da literatura

Obstetric racism experienced by black women: an integrative literature review

Racismo obstétrico experimentado por mujeres negras: una revisión integradora de la literatura

Recebido: 19/12/2021 | Revisado: 01/01/2022 | Aceito: 06/01/2022 | Publicado: 09/01/2022

Emily Karolayne Aleixo da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8532-0940>
Universidade Federal do Pará, Brasil
E-mail: ealeixo02@gmail.com

Ana Beatriz Gonçalves David

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9353-0737>
Universidade da Amazônia, Brasil
E-mail: anabeatrizdavid2000@gmail.com

Brenda Caroline Martins da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3474-2921>
Universidade Federal do Pará, Brasil
E-mail: carol.brenda1994@gmail.com

Breno Roberto Reis de Souza Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0638-8806>
Universidade Federal do Pará, Brasil
E-mail: brenorreis@outlook.com

Elizabeth Pinheiro Araújo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5826-8881>
Universidade Federal do Pará, Brasil
E-mail: elizabetharaujo2803@gmail.com

Ingrid Cristina Siraides dos Anjos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8270-7442>
Universidade Federal do Pará, Brasil
E-mail: ingridsiraidesufpa@gmail.com

Josele de Jesus Quaresma Trindade

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2510-2583>
Universidade Federal do Pará, Brasil
E-mail: joseletrindade90@gmail.com

Lisandra Rodrigues de Medeiros

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1376-0119>
Universidade Federal do Pará, Brasil
E-mail: lisandramedeiros.1@gmail.com

Maria Clara Souza Leite

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5735-6938>
Universidade do Estado do Pará, Brasil
E-mail: mclarasleite@outlook.com

Patricia Santos da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1891-5914>
Universidade Federal do Pará, Brasil
E-mail: patriciasilva.1267@gmail.com

Vitória Maria de Souza Leite

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6069-8525>
Universidade do Estado do Pará, Brasil
E-mail: vitmaria1999@hotmail.com

Resumo

O presente estudo tem por objetivo levantar os dados contidos na literatura referentes ao racismo obstétrico associado à violência obstétrica cometido contra mulheres negras, seus impactos na saúde materna, bem como expor as formas de combate a esse tipo de violência. Trata-se de um estudo fundamentado no método de Revisão Integrativa da Literatura (RIL), realizado no mês de outubro de 2021 nas bases de dados Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (LILACS), Bases de dados de Enfermagem (BDENF) e na biblioteca Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE/PUBMED). Dentre as publicações selecionadas pelos autores para compor a RIL deste estudo, 2 foram publicados no ano de 2016, 2 artigos em 2020 e 3 artigos em 2021. Identificaram-se um total de 7 artigos. As discussões apresentadas pelos autores foram descritas em duas categorias temáticas. Este estudo discorre a respeito do racismo atrelado à violência obstétrica e a repercussão na

saúde materna e pontua meios de combate ao racismo obstétrico a fim de garantir os direitos sexuais e reprodutivos de mulheres negras. O presente estudo mostrou-se relevante ao abordar a temática de tamanha relevância social, incorporando os dados pertinentes contidos nos estudos selecionados para a discussão, mostrando a realidade das mulheres negras vítimas de violência obstétrica e as implicações dessas em suas vidas.

Palavras-chave: Racismo; Violência obstétrica; Saúde materna.

Abstract

The present study aims to survey the data contained in the literature regarding obstetric racism associated with obstetric violence committed against black women, its impacts on maternal health, as well as expose the ways to combat this type of violence. This is a study based on the Integrative Literature Review (RIL) method, carried out in October 2021 in the Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (LILACS), Nursing Databases (BDENF) and in the Scientific Electronic Library Online (SciELO) and Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE/PUBMED). Among the publications selected by the authors to compose the RIL of this study, 2 were published in 2016, 2 articles in 2020 and 3 articles in 2021. A total of 7 articles were identified. The discussions presented by the authors were described in two thematic categories. This study discusses racism linked to obstetric violence and the repercussions on maternal health and points out ways to combat obstetric racism in order to guarantee the sexual and reproductive rights of black women. The present study proved to be relevant in addressing the issue of such social relevance, incorporating the pertinent data contained in the studies selected for the discussion, showing the reality of black women victims of obstetric violence and the implications of these in their lives.

Keywords: Racism; Obstetric violence; Maternal health.

Resumen

El presente estudio tiene como objetivo relevar los datos contenidos en la literatura sobre el racismo obstétrico asociado a la violencia obstétrica cometida contra las mujeres negras, sus impactos en la salud materna, así como exponer las formas de combatir este tipo de violencia. Se trata de un estudio basado en el método Revisión Integrativa de Literatura (RIL), realizado en octubre de 2021 en la Literatura Latinoamericana y del Caribe en Ciencias de la Salud (LILACS), Bases de Datos de Enfermería (BDENF) y en la Biblioteca Electrónica Científica en Línea (SciELO) y Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE / PUBMED). Entre las publicaciones seleccionadas por los autores para componer el RIL de este estudio, 2 fueron publicadas en 2016, 2 artículos en 2020 y 3 artículos en 2021. Se identificaron un total de 7 artículos. Las discusiones presentadas por los autores se describieron en dos categorías temáticas. Este estudio analiza el racismo vinculado a la violencia obstétrica y las repercusiones en la salud materna y señala formas de combatir el racismo obstétrico a para garantizar los derechos sexuales y reproductivos de las mujeres negras. El presente estudio resultó ser relevante para abordar el tema de tanta relevancia social, incorporando los datos pertinentes contenidos en los estudios seleccionados para la discusión, mostrando la realidad de las mujeres negras víctimas de violencia obstétrica y las implicaciones de estas en sus vidas.

Palabras clave: Racismo; Violencia obstétrica; Salud maternal.

1. Introdução

O termo “violência obstétrica” refere-se a um tipo de violência praticada contra mulheres grávidas e/ou puérperas em serviços de assistência à saúde, seja na esfera pública ou privada (Lima et al., 2021). Davis (2019) afirma que o fator disseminador da violência obstétrica é a ausência de informação a respeito do que essa representa, como se configura e manifesta-se.

Logo, a violência obstétrica expressa-se através de atos de caráter físico, sexual, material, ou seja, condutas profissionais que visam retorno financeiro indevido, de caráter midiático, isto é, praticadas por profissionais durante a assistência, publicando em redes sociais e sem autorização das pacientes, condições que as exponham e as ridicularizem e de caráter institucional, por meio de ações que dificultem ou impeçam o acesso da mulher aos seus direitos.

Pela pouca disseminação do tema, as parturientes e gestantes ficam à mercê das condutas dos profissionais que realizam a assistência e as torna vulneráveis durante a gestação e, sobretudo, durante o trabalho de parto. “Essa situação pode levá-las a se conformarem com a exploração de seus corpos por diferentes pessoas, aceitando diversas situações incômodas sem reclamar” (Zanardo et al., 2017).

Identificar os atos que configuram a referida violência não é simples. O estudo de Zanardo et al. (2017) também demonstrou que as usuárias dos serviços de saúde no âmbito obstétrico, seus acompanhantes e os próprios profissionais a associam somente aos maus-tratos físicos, ou até sexuais, e justificam que falas maldosas e desrespeitosas são como “na hora de fazer não gritou” são “rotina” dentro desses serviços, dessa maneira culpando as vítimas, pois esses afirmam autoritariamente

que os comentários desse teor são o reflexo ao esgotamento profissional gerado por mulheres ditas queixosas e que dificultam a evolução do trabalho de parto.

Outro desdobramento da violência obstétrica é quando motivada por questões relacionadas a diferenças raciais. A disparidade entre a qualidade do atendimento voltado a mulheres brancas e negras somente pela questão racial, associado às práticas que configuram a violência obstétrica se caracteriza como racismo obstétrico (Luz et al., 2019).

Goes (2018) expõe que as mulheres negras são as que sofrem mais com os revezes da violência obstétrica, não se resumindo a atos físicos explícitos, mas predominantemente se manifesta pelo caráter institucional, uma vez que são essas mulheres que aguardam mais nas filas de espera dos serviços de saúde, peregrinam entre as maternidades no momento do trabalho de parto, realizam menos consultas durante o pré-natal e são submetidas a procedimentos dolorosos sem analgesia adequada.

A consequência do racismo obstétrico se manifesta através das altas taxas de óbitos maternos e neonatais. “Cerca de 60% das mulheres que morrem de morte materna são negras. É importante ressaltar que a morte materna é considerada uma morte prevenível e que em 90% dos casos poderia ser evitada se as mulheres tivessem atendimento adequado” (Goes, 2018).

Neste sentido, o presente estudo tem por objetivo levantar os dados contidos na literatura referentes ao racismo obstétrico associado à violência obstétrica cometido contra mulheres negras, seus impactos na saúde materna, bem como expor as formas de combate a esse tipo de violência.

2. Metodologia

Trata-se de um estudo fundamentado no método de Revisão Integrativa da Literatura (RIL), isto é, pautado na busca por estudos científicos disponíveis na literatura, a partir de um tema de investigação, e no aprofundamento desta por meio da comparação e análise dos resultados significativos, assim sintetizando o conhecimento e permitindo a sua aplicabilidade. Neste sentido, a RIL é desenvolvida a partir das seguintes etapas: 1) estabelecimento da pergunta norteadora da pesquisa; 2) busca e amostragem na literatura; 3) seleção da amostra; 4) análise crítica dos resultados; 5) discussão e apresentação dos resultados; 6) apresentação da RIL (Medeiros et al., 2020).

A primeira etapa deste estudo objetivou construir a pergunta norteadora embasando-se na estratégia mnemônica População, Conceito e Contexto (PCC) (Sanchez et al., 2018). Sendo assim, a População foi definida pelas mulheres submetidas ao abortamento inseguro no Brasil; o Conceito baseou-se em estudos sobre o conhecimento a respeito do abortamento e as suas repercussões; por fim, o Contexto foi definido pelo sistema de saúde. Logo, a pergunta norteadora do presente estudo é “Qual as repercussões na saúde materna de mulheres negras vítimas de racismo e violência obstétrica?”

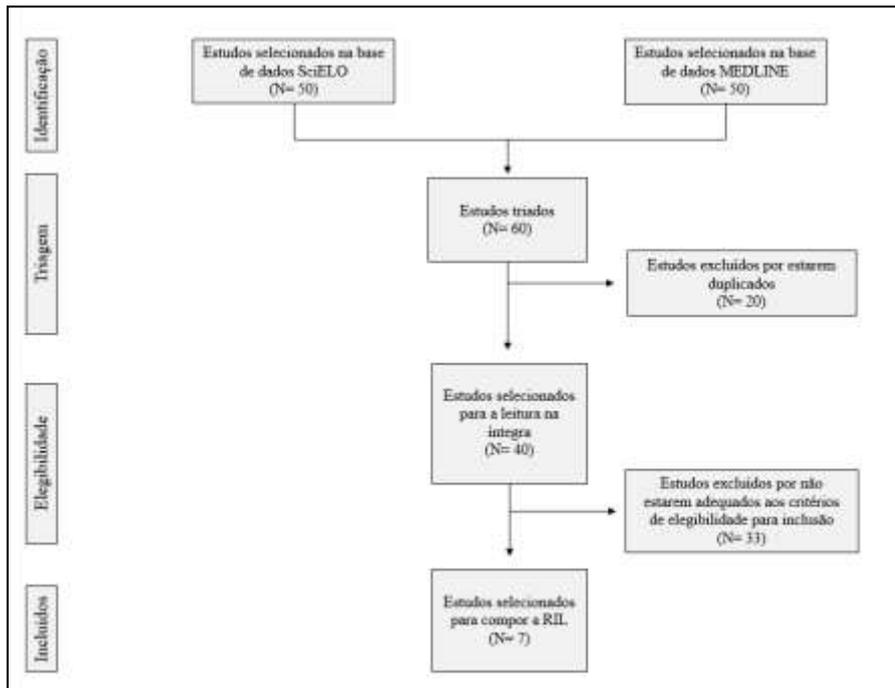
Por conseguinte, a segunda etapa foi realizada no mês de outubro de 2021 nas bases de dados Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (LILACS), Bases de dados de Enfermagem (BDENF) e na biblioteca Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE/PUBMED), com a utilização dos seguintes descritores, indexados nos Descritores em Ciências da Saúde (DeSC/MeSH): Racismo; Violência obstétrica; Saúde materna e a utilização do operador booleanos AND. Como estratégia de busca, houve a delimitação do recorte temporal entre os anos de 2016 e 2021. Desse modo, obtêm-se as seguintes expressões: Racismo AND Violência obstétrica; Racismo AND Saúde materna; Racismo AND Violência obstétrica AND Saúde materna; Violência obstétrica AND Saúde materna.

Neste sentido, os critérios de inclusão foram: artigos no idioma português, inglês ou espanhol que abordam a temática deste estudo e publicados no período temporal estabelecido. Logo, os critérios de exclusão foram: teses, dissertações, editoriais, resumos, cartas de opinião e artigos que não foram produzidos dentro do recorte temporal definido ou em idiomas diferentes daqueles estipulados nos critérios de inclusão.

3. Resultados e Discussão

Nessa pesquisa, foram localizadas 100 produções de acordo com as estratégias de pesquisa. Em seguida, foi realizada a leitura dos títulos e resumos dessas, sendo selecionados 60 e excluídos 20 estudos por estarem duplicados. Sendo assim, 40 artigos foram selecionados para leitura na íntegra, porém com a aplicação dos critérios de elegibilidade, foram excluídos 33 estudos, totalizando assim 7 artigos elegíveis para a RIL do presente artigo, como mostra o Fluxograma, representado pela Figura 1.

Figura 1 – Fluxograma do processo de seleção dos artigos científicos para a RIL.



Fonte: Autores (2021).

Ademais, fomenta-se que, por meio da citação fidedigna das ideias, conceitos e definições empregadas pelos autores das produções utilizadas como resultados no presente estudo, os aspectos éticos foram preservados e respeitados.

O presente estudo obteve 7 artigos eleitos à bibliografia potencial, por meio da busca nas bases de dados e aplicação dos critérios de elegibilidade, que foram analisados com o propósito de responder ao objetivo e questão norteadora do estudo. Dessa forma, o Quadro 1 apresenta síntese de informações contidas nos artigos selecionados para a RIL.

Quadro 1 – Quadro sinóptico: distribuição dos artigos que compuseram a RIL do presente estudo.

Número	Artigo	Autor	Ano	Base de dados	Tipo de estudo
1	Disparidades raciais: uma análise da violência obstétrica em mulheres negras	Lima, K. D. d., Pimentel, C., & Lyra, T. M.	2021	SciELO	Qualitativo
2	Maternal nativity and risk of adverse perinatal outcomes among Black women residing in California, 2011-2017	McKenzie-Sampson, S., Baer, R. J., Blebu, B. E., Karasek, D., Oltman, S. P., Pantell, M. S., Rand, L., Rogers, E. E., Torres, J. M., Jelliffe-Pawłowski, L. L., Scott, K. A., & Chambers, B. D.	2021	MEDLINE	Quantitativo
3	Inequities in adverse maternal and perinatal outcomes: the effect of maternal race and nativity	Adegoke, T. M., Pinder, L. F., Ndiwane, N., Parker, S. E., Vragovic, O., & Yarrington, C. D.	2021	MEDLINE	Quantitativo
4	Black pregnant women "get the most judgment": a qualitative study of the experiences of black women at the intersection of race, gender, and pregnancy	Mehra, R., Boyd, LM, Magriples, U., Kershaw, TS, Ickovics, JR, & Keene, DE.	2020	MEDLINE	Qualitativo
5	Exposures to structural racism and racial discrimination among pregnant and early postpartum Black women living in Oakland, California	Chambers, BD, Arabia, SE, Arega, HA, Altman, MR, Berkowitz, R., Feuer, SK, Franck, LS, Gomez, AM, Kober, K., Pacheco-Werner, T., Jelliffe- Pawłowski, LL e McLemore, MR.	2020	MEDLINE	Qualitativo
6	Assistência ao parto de mulheres negras em um hospital do interior do Maranhão, Brasil	Belfort, IKP, Kalckmann, S., & Batista, LE.	2016	SciELO	Quantitativo
7	Desigualdades sociodemográficas e na assistência à maternidade entre puérperas no Sudeste do Brasil segundo cor da pele: dados do inquérito nacional Nascer no Brasil (2011-2012)	Diniz, C. S. G., Batista, L. E., Kalckmann, S., Schlitz, A. O. C., Queiroz, M. R., & Carvalho, P. C. d. A.	2016	SciELO	Quantitativo

Fonte: Autores (2021).

Dentre as publicações selecionadas pelos autores para compor a RIL deste estudo, 2 foram publicados no ano de 2016, 2 artigos em 2020 e 3 artigos em 2021. Quanto as bases de dados delimitadas, a MEDLINE obteve 4 estudos e a SciELO 3, destaca-se que os artigos presentes nas demais bases de dados escolhidas não foram inclusos, visto que, em sua maioria, não se encontravam dentro do recorte temporal estabelecido, se repetiam ou não apresentavam relevância para o presente estudo.

Em relação aos métodos adotados pelos artigos selecionados, observa-se que todos são estudos originais e classificadas de acordo com a abordagem utilizada, sendo 2 estudos qualitativos e 5 quantitativos. Quanto ao local de publicação dos estudos que compuseram essa RIL, 2 estudos foram publicados na revista Saúde e Sociedade; 1 na revista Ciência & Saúde Coletiva; 1 no jornal acadêmico Journal of Perinatology; 1 na revista Stress Health; 1 no jornal acadêmico Maternal and Child Health Journal e; 1 na revista Womens Health Issues.

Na análise crítica dos estudos selecionados, fez-se a extração dos dados dos artigos observando os aspectos metodológicos e a familiaridade entre os resultados encontrados, possibilitando iniciar o processo de análise da RIL. Em relação ao tratamento dos dados, foi aplicado o método de análise de conteúdo na modalidade temática (BARDIN, 2011), que propiciou o agrupamento do conteúdo estudado em categorias temáticas. Por intermédio do processo realizado durante a análise, desenvolveram-se as seguintes categorias temáticas:

A) Categoria temática 1: O racismo velado atrelado à violência obstétrica e a repercussão na saúde materna após vivenciar o racismo obstétrico, artigos número 1, 2, 3, 4, 5 e 7;

B) Categoria temática 2: Meios de combate ao racismo obstétrico a fim de garantir os direitos sexuais e reprodutivos de mulheres negras, artigos número 4 e 6.

Os autores ressaltam que apesar do presente estudo adotar 2 categorias temáticas, cada uma abordando os 7 artigos selecionados, é possível desenvolver outros estudos, com os mesmos artigos, adotando outras categorias temáticas, no entanto, as categorias supracitadas são fundamentais para o desenvolvimento da RIL e da temática abordada.

Categoria temática 1: O racismo velado atrelado à violência obstétrica e a repercussão na saúde materna após vivenciar o racismo obstétrico

A temática violência obstétrica e racismo obstétrico frequentemente é incorporada à concepção de gênero (Davis et al., 2020), isto é, forma como a violência obstétrica se manifesta por meio do fator de diferenças raciais, estigmatizando e desvalorizando a maternidade de mulheres negras.

Em consonância com o artigo número 1 de Lima et al. (2021), a raça e as formas correlatas de vulnerabilidade contribuem para a expressividade da mortalidade materna de mulheres negras no Brasil. A pesquisadora brasileira da Fundação Oswaldo Cruz, Maria do Carmo, especialista e estudiosa na área dos partos no Brasil, afirma que o racismo estrutural é o princípio facilitador para a violência obstétrica e, no caso de mulheres negras, o racismo obstétrico (Flaeschen, 2020).

Nesse destarte, o racismo obstétrico institucional se manifesta de diferentes ações e formas, permeando desde o início da gestação, durante o pré-natal, e se intensificam no decorrer do parto e puerpério. As mulheres vítimas desse tipo de violências tornam-se submissas às condutas dos profissionais de saúde que as assistem, sendo silenciadas, violadas não apenas fisicamente, mas juridicamente (Curi et al., 2020). Essas são forçadas a passar por intervenções desnecessárias, parir da forma mais cômoda para o profissional que realiza a assistência ao parto, ouvir comentários maliciosos e desrespeitosos a seu respeito, sobre suas escolhas e até receber menores concentrações anestésicas por conta da falsa falácia de que mulheres negras são mais resistentes a dor por conta dos seus passados históricos de escravidão (Cassiano, 2021).

Diniz et al. (2016), no artigo número 7, discorre que apesar do aumento do número dos partos vaginais entre mulheres negras, sendo considerados como desfechos saudáveis, ainda são mais vulneráveis durante a assistência e tiveram menos acompanhantes no decorrer do trabalho de parto. Ratificando o exposto pelos autores anteriormente supracitados, em um estudo publicado por Theophilo et al. (2018) mostrou que o tempo de espera nos serviços de saúde prestadores de assistência durante o parto foi maior, quando comparados a mulheres brancas, para mulheres negras. O estudo também demonstrou que 68% dessas não tiveram acompanhantes tendo, metade dessa porcentagem, como justificativa a desautorização pelos próprios serviços de saúde.

Como consequência de tal realidade e, em comum acordo com o estudo de Chambers et al. (2020), presentes no artigo número 5, as mulheres negras sujeitas ao racismo obstétrico apresentam resultados impactantes e negativos para a saúde materna e neonatal, desde o sentimento de abandono, a fragilidade emocional, até a violência física e óbitos maternos e perinatais.

Um exemplo significativo de tal realidade é a desigualdade na assistência pré-natal, sobretudo em gravidezes não planejadas. O Ministério da Saúde preconiza que, no mínimo, sejam realizadas 6 consultas durante o pré-natal, porém as grávidas e puérperas negras representam a menor parcela relacionada ao número mínimo de consultas. Dessa forma, há verdadeira desassistência à saúde destas mulheres, pois com menos consultas haverá carência de orientação quanto ao tipo de parto, plano de parto, práticas violentas e não há vinculação ao local de parto. Tais obstáculos, decorrentes da violência obstétrica e racismo, geram dificuldade e bloqueio de acesso aos serviços de saúde de qualidade e em tempo hábil, violência psicológica, falta de apoio social e maiores taxas de resultados perinatais adversos (Lima et al., 2021).

O racismo obstétrico, a violência obstétrica atrelada ao racismo institucional não é uma realidade restrita ao Brasil, ou ocorre somente naqueles em desenvolvimento/subdesenvolvidos. Países, como Estados Unidos da América e Brasil, possuem um passado marcado pela escravidão de pessoas negras, marcado pela inferioridade negra e falsa supremacia racial branca, fazendo com que atualmente indivíduos tenham a ideologia preconceituosa e ignorante de que a população negra é inferior e buscam deletar as suas histórias (Orazem, 2021).

O artigo número 3, Adegoke et al. (2021), trata-se de um estudo quantitativo realizado na Califórnia e abrangeu os nascidos vivos, entre os anos de 2011 e 2017, gerados por mulheres negras e demonstrou que essas apresentaram taxas prevalentes de complicações neonatais, quando comparadas a mulheres brancas e hispânicas. Ainda nesse viés, o artigo número

2, de McKenzie-Sampson et al. (2021), abordou um estudo feito também nos Estados Unidos da América e demonstrou elevadas taxas de resultados perinatais adversos, abrangendo complicações maternas e neonatais, entre as parturientes negras.

Portanto, o artigo número 4, de Mehra et al. (2020), reúne de forma sucinta a ideia norteadora desta categoria temática. Em seu estudo, constatou que o racismo obstétrico não se resume a ações e atos explícitos: o racismo obstétrico também é velado. A violência obstétrica sofrida por mulheres negras ocorre através de estereótipos de cunho racista, assim estigmatizando e desvalorizando a maternidade e gravidez dessas. Os autores denominam de “estigma da gravidez racializada”, isto é, mulheres, que sofreram ou ainda sofrem o racismo obstétrico, fortemente estigmatizadas somente por serem mulheres negras e grávidas, tendo como resultantes o que já fora supracitado pelos autores na presente categoria temática, tais como fragmentação de acesso aos serviços de saúde, de recursos, apoio social e atendimento psicológico.

Categoria temática 2: Meios de combate ao racismo obstétrico a fim de garantir os direitos sexuais e reprodutivos de mulheres negras

Os estudos dos autores selecionados para a RIL convergem em pontos importantes, como as formas de racismo obstétrico, institucional e violência obstétrica, resultados maternos e perinatais adversos, bem como outros desdobramentos negativamente impactantes na vida de mulheres negras. Porém, para fins deste estudo e da categoria temática, os autores selecionaram apenas dois artigos para desenvolver na presente categoria, são estes: artigo número 4 (Mehra et al., 2020) e artigo número 6 (Belfort et al., 2016).

Os autores dos estudos selecionados para essa categoria trazem, em seus resultados, medidas que podem ser adotadas para combater o racismo obstétrico e institucional, estando esses explícitos ou não. Mehra et al. (2020) (artigo número 4) agrega na discussão do seu estudo a fala de mulheres negras e grávidas formas que essas perceberam e desenvolveram para superar o estigma imposto.

“Eu não tenho nenhuma insegurança quando se trata de ser negra e grávida, acho que porque provavelmente não sou sua negra estereotipada, grávida e solteira. Sou casada, sou negra e estou grávida. Isso provavelmente me ajuda a me sentir ainda mais segura, não sei se permite que as pessoas façam as pessoas parecerem diferentes para mim. Não tenho certeza, talvez. Eu sendo negra e grávida, eu adoro isso. Estou confortável, estou seguro” (Mehra et al., 2020).

Ainda no estudo de Mehra et al. (2020), outras maneiras adotadas por mulheres estadunidenses foram as suas inserções em comunidades de apoio, sentindo-se protegidas do estigma da gravidez racializada, e manifestando os seus desejos de alterarem a ideia da mulher negra dentro da sociedade. Para elas, é importante mostrar que são indivíduos que trabalham e merecem o seu lugar dentro da sociedade orgulhando-se das suas origens e não deixando lugar para serem silenciadas pelo racismo institucional, obstétrico e histórico.

O artigo número 6, de Belfort et al. (2016), é semelhante ao estudo supracitado, porém se desenvolve no Brasil. Esse converge com os demais, sobretudo com o artigo 4, ao fomentar a realidade da assistência no viés adotado pela RIL. Por se tratar de um estudo quantitativo, um dos parâmetros analisados é o número de complicações gestacionais entre as grávidas que participaram da pesquisa, como a anemia ferropriva, e 100% das mulheres negras inclusas na pesquisa relataram apresentar a complicação durante o período gestacional.

Outro ponto importante, ao abordar o Sistema Único de Saúde (SUS) e as suas políticas públicas, focando na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, é o desafio de vencer a problemática levantada na RIL e no estudo em questão, uma vez que para essas iniquidades em saúde serem sanadas faz-se necessário conceber que os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, sejam brancas ou negras, são direitos humanos e, de acordo com a Constituição Federal, inalienáveis e devem ser assegurados a todas. Todavia, para que tal seja praticado, é imprescindível que os trabalhadores da área da saúde, principalmente, estudem, compreendam e respeitem a diversidade e a pluralidade da população negra (Belfort et al., 2016).

Coelho (2021) propõe que o ponto de partida para o combate ao racismo e violência obstétrica e ao racismo institucional se dá pelo empoderamento da gestante e parturiente. Os profissionais de saúde devem organizar rodas de conversas com as gestantes e seus respectivos acompanhantes, se aproximando da realidade vivenciada por esses, abandonar o tom autoritário e protagonista, emancipar a parte mais importante, se valer de vocabulário fácil entendimento.

O combate ao racismo obstétrico e seus revezes deve ser contínuo, fundamentalmente para romper o ciclo do racismo institucional. O passo inicial para tal é empoderar as mulheres, deixá-las cientes a fim de reconhecer os atos que configuram a violência obstétrica, os assuntos abordados devem buscar a auxiliar a maneira de reconhecer e denunciar casos de violência obstétrica atreladas a questões raciais e respaldá-las a respeito dos seus direitos e a legislação que as ampara (Rodrigues, 2020).

Para que haja efetividade e resolução diante de tais situações, é primordial que após a identificação e denúncia, as mulheres sejam asseguradas de que os casos denunciados sejam devidamente investigados e que seus agressores respondam legalmente. As vítimas desse tipo de violência se encontram em um momento vulnerável, se sentem amedrontadas e desprotegidas, portanto, devem ser acolhidas e apoiadas diante ao enfrentamento da busca pelos seus direitos (Santos, 2021).

Os estudos de Mehra et al. (2020) e de Belfort et al. (2016) também convergem a respeito da necessidade de tratar as mulheres, principalmente durante as fases ativas do trabalho de parto, de maneira humanizada. Humanizar o parto é valorizar a mulher e todos os seus saberes, respeitá-la na sua essência, singularidade e as suas vontades.

É necessário que os profissionais envolvidos na assistência não tomem decisões autoritárias baseadas no que é melhor para si, em detrimento de quem está parindo. Humanizar o parto não é somente informar à parturiente e ao seu acompanhante que determinada intervenção será feita, é comunicar, explicar os motivos de determinada conduta ser essencial, baseada em evidências científicas e primando pelo bem-estar materno e fetal. Em resumo a humanização é a consolidação de que as mulheres terão os seus direitos assegurados, serão respeitadas, bem como as suas origens, traços culturais e valores, é dar à mulher o direito de escolha (Possat et al., 2017). Logo, para que o racismo institucional seja interrompido, os profissionais que trabalham em instituições de saúde, com enfoque na assistência ao parto e nascimento, entendam o seu papel na vida das mulheres e de seus familiares (Pina & Ribeiro, 2020).

4. Considerações Finais

Diante do que foi discutido pelos autores da presente RIL, é de comum acordo entre os autores que os objetivos deste estudo foram contemplados e ao responder à questão norteadora por meio da seleção das produções científicas, as analisando e comparando os resultados obtidos.

A categoria temática 1, discute os pontos principais que caracterizam o estudo, isto é, o discorre a respeito do racismo atrelado à violência obstétrica e a repercussão na saúde materna. Por sua vez, a categoria temática 2 complementa a anterior, visto que pontua meios de combate ao racismo obstétrico a fim de garantir os direitos sexuais e reprodutivos de mulheres negras.

O presente estudo mostrou-se relevante ao abordar a temática de tamanha relevância social, incorporando os dados pertinentes contidos nos estudos selecionados para a discussão, mostrando a realidade das mulheres negras vítimas de violência obstétrica e as implicações dessas em suas vidas. Diferenças entre os atendimentos destinados a essas por questões racistas, estigmatizando a maternidade e desvalorizando tudo aquilo que representa na vida de mulheres vítimas de racismo obstétrico e, por consequência, do racismo institucional. Ademais, busca demonstrar por meio dos estudos científicos que é possível adotar medidas de combater esse crime e a violência que ele resulta, através de mudanças de postura por parte dos profissionais, com valorização e respeito à pluralidade dos indivíduos.

Os autores também fomentam que, apesar da relevância da temática adotada, é notória a carência e diversidade de artigos publicados e de forma gratuita a respeito da temática, principalmente em bases de dados nacionais. Dessa forma, esse estudo também aspira que sirva de anteparo para publicações futuras e que as comunidades acadêmicas e científicas se debruçam

sobre o tema. Neste destarte, pela relevância do tema abordado e, visando futuros estudos, os autores sugerem que pesquisadores busquem compreender a pluralidade entre as diferentes culturas e indivíduos, com enfoque no combate ao racismo, desmitificando teorias racistas sem fundamento e inverídicas, visto que o racismo estrutural é uma questão forte e presente a nível global.

Outrossim, deve-se buscar apontar as disparidades exorbitantes entre o acesso e qualidade da assistência prestada às mulheres negras na prática, sobretudo nos serviços de saúde e executar os meios de combate ao racismo obstétrico e institucional, relatando e comparando os resultados obtidos, para que a comunidade científica volte os seus olhos para mulheres negras vítimas dessa realidade e as amparem na constante busca pelos seus direitos e cidadania. O racismo obstétrico atrelado à violência obstétrica deve ser combatido para que os direitos sexuais e reprodutivos de todas as mulheres sejam assegurados, a fim de que a conjectura vigente seja alterada.

Referências

- Adegoke, T. M., Pinder, L. F., Ndiwane, N., Parker, S. E., Vragovic, O., & Yarrington, C. D. (2021). Desigualdades em resultados maternos e perinatais adversos: o efeito da raça materna e da natividade. *Maternal and Child Health Journal*. <https://doi.org/10.1007/s10995-021-03225-0>
- Belfort, I. K. P., Kalckmann, S., & Batista, L. E. (2016). Assistência ao parto de mulheres negras em um hospital do interior do Maranhão, Brasil. *Saúde e Sociedade*, 25 (3). <https://doi.org/10.1590/S0104-129020162571>
- Cassiano, L. (2021, 19 de novembro). Não há mais espaço para violência obstétrica contra mulheres negras. Portal Geledés. <https://www.geledes.org.br/nao-ha-mais-espaco-para-violencia-obstetrica-contras-mulheres-negras/>
- Chambers, B. D., Arabia, S. E., Arega, H. A., Altman, M. R., Berkowitz, R., Feuer, S. K., Franck, L. S., Gomez, A. M., Kober, K., Pacheco-Werner, T., Jelliffe-Pawlowski, L. L., & McLemore, M. R. (2020). Exposições ao racismo estrutural e discriminação racial entre mulheres negras grávidas e no início do pós-parto que vivem em Oakland, *Califórnia*. *Stress Health*, 36 (2). <https://doi.org/10.1002/smi.2922>
- Coelho, R. d. S. (2021). Violência obstétrica no Brasil: uma reflexão acerca das possibilidades de enfrentamento das mulheres negras [Master's thesis, Universidade do Sul de Santa Catarina]. Repositório Ânima e Educação. <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/19490/1/TCC%20%20final%20Renata%20da%20Silva%20Coelho%20M%20595787.pdf>
- Curi, P. L., Ribeiro, M. T. d. A., & Marra, C. B. (2020). A violência obstétrica praticada contra mulheres negras no SUS. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 72. <https://doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP2020v72s1p.156-169>
- Davis, D. (2019). Racismo obstétrico: as políticas raciais de gravidez, parto e nascimento. *Antropologia Médica*, 38 (7). <https://doi.org/10.1080/01459740.2018.1549389>
- Davis, D., Tempesta, G. A., & Almeida, M. E. T. d. (2020). Racismo obstétrico: a política racial da gravidez, do parto e do nascimento (2nd ed.). *Amazônica - Revista de Antropologia*. <https://doi.org/10.1080/01459740.2018.1549389>
- Diniz, C. S. G., Batista, L. E., Kalckmann, S., Schlitz, A. O. C., Queiroz, M. R., & Carvalho, P. C. d. A. (2016). Desigualdades sociodemográficas e na assistência à maternidade entre puérperas no Sudeste do Brasil segundo cor da pele: dados do inquérito nacional Nascer no Brasil (2011-2012). *Saúde e Sociedade*, 25(3). <https://doi.org/10.1590/S0104-129020162647>
- Flaeschen, H. (2020). ABRASCO -Associação Brasileira de Saúde Coletiva. <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/8m-mulheres-negras-sofrem-mais-violencia-obstetrica/45463/>
- Goes, E. (14). Violência Obstétrica e o viés racial. Centro Brasileiro de Estudos de Saúde. <https://cebes.org.br/violencia-obstetrica-eo-vies-racial/19702/>
- Lima, K. D. d., Pimentel, C., & Lyra, T. M. (2021, October 19). Disparidades raciais: Uma análise da violência obstétrica em mulheres negras. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(3). <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.24242019>
- Luz, A. d. A., Silva, L. d. AS, Aoyama, E. d. A., & Lemos, LR (2019). As diversas faces da violência obstétrica no âmbito hospitalar. *Revista Brasileira Interdisciplinar de Saúde*, 1 (3). <https://revistarebis.rebis.com.br/index.php/rebis/article/download/34/30/85>
- McKenzie-Sampson, S., Baer, R. J., Blebu, B. E., Karasek, D., Oltman, S. P., Pantell, M. S., Rand, L., Rogers, E. E., Torres, J. M., Jelliffe-Pawlowski, L. L., Scott, K. A., & Chambers, B. D. (2021). Maternal nativity and risk of adverse perinatal outcomes among *Black women residing in California*, 2011–2017. *Journal of Perinatology*.
- Mehra, R., Boyd, L. M., Magriples, U., Kershaw, T. S., Ickovics, J. R., & Keene, D. E. (2020). Gestantes negras "obtem mais julgamento": um estudo qualitativo das experiências de mulheres negras na interseção de raça, gênero e gravidez. *Womens Health Issues*, 30 (6). <https://doi.org/10.1016/j.whi.2020.08.001>
- Pina, R., & Ribeiro, R. (2020). Nas maternidades, a dor também tem cor. *Pública*. <https://apublica.org/2020/03/nas-maternidades-a-dor-tambem-tem-cor/>
- Possat, A. B., Prates, L. A., Cremonese, L., Scarton, J., Alves, C. N., & Ressel, L. B. (2017). Humanização do parto: significados e percepções de enfermeiras. *Escola Anna Nery*, 21(4). <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2016-0366>

Rodrigues, A. A. (2020). *É racismo que está aqui, é isso que vai pautar até o fim*": o ativismo de mulheres negras sobre violência obstétrica [Dissertação de mestrado, Fundação Oswaldo Cruz]. Arca. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/49648>

Santos, J. F. d. De Anúncios. (2021). Enfrentamento à violência obstétrica: contribuições do movimento de mulheres negras brasileiras. *EM PAUTA*, 19 (47). <https://doi.org/10.12957/rep.2021.56082>

Theophilo, R. L., Rattner, D., & Pereira, E. L. (2018). Vulnerabilidade de mulheres negras na atenção ao pré-natal e ao parto no SUS: análise da pesquisa da Ouvidoria Ativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23 (11). <https://doi.org/10.1590/1413-812320182311.31552016>

Zanardo, G. L. d. P., Uribe, M. C., Nadal, A. H. R. D., & Habigzang, L. F. (2017). Violência obstétrica no Brasil: uma revisão narrativa. *Psicologia & Sociedade*, 29. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i155043>